

## LIÇÃO 13 — A LEI DE DEUS E O DISCIPULADO CRISTÃO (Rm 7)

### [1] Introdução

- a. Paralelo: Rm 6: fala de libertação do pecado; Rm7: fala de libertação da lei.
- b. Três grupos: "legalismo", "antinomismo" e "liberdade para cumprir a lei".
  - i. Legalistas: relacionamento com Deus depende de obediência à lei.
  - ii. Antinomianos (libertinos): rejeitam a lei, declaram-se livres de obrigação.
  - iii. Livres para cumprir a lei: a força não vêm da lei, mas do Espírito.

### [2] Livres da lei: uma metáfora do casamento (1-6)

- a. Princípio legal (1): autoridade limitada à duração da vida; morte invalida a lei.
- b. Analogia do casamento (2-3):
  - i. A morte muda as obrigações entre o morto e os vivos contratados.
  - ii. O que foi que fez a diferença? A morte do marido.
- c. Aplicação teológica (4): a lei de Deus tem autoridade sobre vivos; a morte com Cristo é morte para a lei, o que possibilita "pertencer a outro" (4a).
- d. Duas questões:
  - i. Como aconteceu? Por meio do corpo de Cristo.
  - ii. O que significa "nós morremos para a lei"? "morremos para o pecado" (6.2).
- e. Paralelo Rm 6 (libertação do pecado) e Rm 7 (libertação da lei).
- f. Propósitos e metáforas:
  - i. Propósito imediato de morrer com Cristo para a lei: pertencer a outro, ou seja, àquele que ressuscitou dos mortos (4b).
  - ii. Análise da metáfora: o marido morre e a esposa casa-se novamente; mas aqui é a esposa (que antes era casada com a lei) quem morre e se casa de novo. O propósito é demonstrar que a morte garantiu a nossa libertação da lei e o nosso "casamento" com Cristo.
- iii. Propósito final de morrer com Cristo para a lei: dar fruto para Deus (4c).
- g. A antítese fundamental (5-6)
  - i. "novidade de espírito" x "caducidade da letra" (6): distingue a antiga aliança constituída de "letra" (gramma), um código externo escrito em tábuas de pedra, e a nova aliança que vem do "Espírito" (pneuma), pois o novo tempo é essencialmente a era do Espírito, na qual o Espírito Santo escreve a lei de Deus em nossos corações.

### [3] Uma defesa da lei: uma experiência passada (7-13)

- a. Antecedentes: ref. negativa à lei; Rm 7.1-6 celebra a libertação da lei.
- b. 3 manifestações muito francas com relação ao assunto:
  - i. *Morremos para a lei por meio do corpo de Cristo, a fim de que pudéssemos pertencer a ele* (4): impossível submeter-se à lei e a Cristo.
  - ii. *A lei despertou nossas paixões pecaminosas, e deu frutos para a morte* (5).
  - iii. *Agora nós fomos libertados da lei a fim de servir na novidade trazida pelo Espírito Santo* (6): a nova vida do Espírito só é possível livre da lei.
- c. A lei é a barreira que impede o casamento com Cristo, pois ela desperta o pecado, leva à morte e impede a vida no Espírito
- d. A identidade do "eu":
  - i. "Eu" judeu? Presente nos salmos de lamentação ou de penitência.
  - ii. "Eu" descrente? Mas a pessoa não regenerada não tem prazer na lei de Deus.
  - iii. "Eu" crente?

1. "Eu autobiográfico"? (cf. Fp 3.4-11) O v. 9 não cabe em Paulo.
2. "Eu" pedagógico? (cf. Gl 2.18) Demonstra em si mesmo como exemplo.
- iv. "Eu" isolado entre o poder do pecado e a santidade da lei.
  1. Judeu (v. 7): qualquer religioso que lamenta por não cumprir a lei de Deus.
  2. Qualquer ser humano (vv. 9-10): todo ser humano se depara com a lei.
  3. Qualquer cristão: o cristão não está vendido à escravidão do pecado (v. 14); o pecado não habita no crente (v. 17); pelo contrário, o Espírito de Cristo habita neles (8.9); porém, podem enfrentar períodos de recaída em desânimo; essa é a razão das exortações de 6.11-13; Gl 5.16,25.
- e. Duas perguntas (7-13)
  - i. 1ª Pergunta: A lei é pecado? (7-12) A lei em si deve ser chamada de "pecaminosa", no sentido de ser responsável por criar o pecado?
  - ii. Resposta: De modo nenhum! (ver Gl 3.21);
  - iii. 3 efeitos da lei em relação ao pecado:
    1. A lei revela o pecado: "Não cobiçarás" (7b); a cobiça (*epithymia*) se expressa internamente — é um desejo, um impulso, uma concupiscência (Rm 3.20).
    2. A lei provoca o pecado: o pecado produziu em mim todo tipo de desejo cobiçoso. Pois, sem a lei, o pecado está morto (8), não existe como caso legal.
    3. A lei condena o pecado (9-11):
  - iv. 4 fases: o v. 9 apresenta o objetivo das 4 fases
    1. Eu vivia sem a lei,
    2. o mandamento veio,
    3. o pecado reviveu e
    4. eu morri);
  - v. Conclusão:
    1. O mandamento para produzir vida, na realidade produziu morte (10).
    2. Pois "a força do pecado é a lei".
  - vi. 2ª Pergunta: O que é bom [a lei] se tornou em morte para mim? (13)
  - vii. Resposta: "De modo nenhum!"
    1. A lei não gera o pecado; ela o expõe e o condena.
    2. A lei tampouco gera a morte; quem faz isso é o pecado.
    3. Mas, para que o pecado se mostrasse maligno, ele produziu morte por meio do que era bom (a lei), de modo que (esta era a intenção de Deus) por meio do mandamento ele se mostrasse extremamente pecaminoso (13b).
    4. Com efeito, a malignidade do pecado é vista precisamente na maneira como ele explora uma coisa boa (a lei) para um propósito maligno (a morte).

#### **[4] A fragilidade da lei: um conflito interior (14-25).**

- a. Lei e pecado: A lei é boa, mas também é fraca. Em si, ela é santa; é, contudo, incapaz de tornar-nos santos; luta inútil de quem se encontra "debaixo da lei".
- b. Pronome e verbo:
  - i. Mantém "eu" (pronome pessoal), mas muda todos os tempos verbais, de passado para presente ref. sua experiência presente, depois da conversão.
- c. Identidade do "eu": pessoa convertida ou não?
  - i. Três características de seu auto-retrato reforçam esta ideia: o que ele pensa de si mesmo ("carnal"), atitude com relação à lei (santa, justa e boa, v. 12), o anseio de Paulo por uma libertação definitiva (quem me livrará, v. 24).
  - ii. O que é anômalo? Embora fossem cristãos o suficiente para deleitar-se na lei de Deus, não eram suficientemente cristãos para obedecê-la.
  - iii. Equívoco: ao invés de buscarem a santificação no Espírito Santo, estavam confiando na lei para alcançá-la.
- d. "eu" de Rm 7.14-25: três fatos incontestáveis.

- i. ele ama a lei (e é, portanto, uma pessoa convertida),
  - ii. ainda é escravo do pecado (portanto, não é um cristão liberto) e
  - iii. nada sabe sobre o Espírito Santo (e não é, pois, um crente neotestamentário).
- e. Promessa do Espírito:
- i. "Porei em vós o meu Espírito" (Ez).
  - ii. "Ele vive com vocês e estará em vocês" (Jo 14).
- f. Aplicação de Romanos 7: uma errada e uma certa —
- i. Errada: é considerar Rm 7 como padrão de experiência cristã normal, com duas fases; regeneração depois habitação.
  - ii. Correta: considerar essa escravidão uma imaturidade a ser corrigida.
- g. O texto (14-25) se divide em dois blocos (14-20 e 21-25):**
- i. Ambos começam com uma referência positiva à lei:
    - 1. v. 14: "Sabemos que a lei é espiritual" e
    - 2. v. 22: "no íntimo do meu ser tenho prazer na lei de Deus".
    - 3. Mas a pessoa não consegue satisfazer essa lei. A lei não pode salvá-lo.
    - 4. Assim, ambos tratam da fragilidade da lei, que é atribuída ao pecado.
  - ii. A lei e a "carne" manifestadas nos crentes (14-20)
    - 1. Paulo escreve a mesma coisa duas vezes — vv. 14-17 e nos vv. 18-20:
    - 2. Primeiro: reconhece a pecaminosidade inata; sabemos (14) e eu sei (18).
      - a. Autoconhecimento ref. carne (*sarx*): a lei é espiritual, mas a pessoa é "carnal" (ARA, *sarkinos*); natureza egocêntrica (*sarx*), escravo do pecado.
      - b. Como conciliar escravidão ao pecado com a liberdade do pecado? Somente um cristão que vive sob a lei, fracassa em cumpri-la e se torna escravo do pecado.
    - 3. Segundo: descreve o conflito resultante disso (15 e 18b-19).
      - a. Autoconhecimento do "eu" dividido: um "eu" quer fazer o bem e detesta o mal e outro "eu" faz o que ele odeia e não faz o que ele gostaria.
      - b. Conflito entre desejo e realização (pessoa regenerada): desejo bom não tem poder para realizar; o desejo mau tem poder para realizar.
      - c. A lei acusa o erro, mas não pode ajudar. Somente o poder do Espírito Santo habitando nele poderia mudar as coisas.
    - 4. Terceiro: conclui que o pecado que habita em nós é o responsável pelos fracassos e derrotas da pessoa que se encontra debaixo da lei (16s. e 20).
      - a. Premissa: "se faço o que não desejo" (16a, 20a) — descontinuidade entre o querer e o fazer.
      - b. Conclusão:
        - i. Primeira conclusão: admito que a lei é boa (16b),
        - ii. Segunda conclusão: já não sou eu quem o faz, mas o pecado que habita em mim (17, 20).
    - 5. Quem é o culpado pelo bem que eu não faço e pelo mal que eu faço?
      - a. A lei? Não é a lei, pois 3x diz que a lei é santa e boa (12,14, 16). Ele deseja fazer o bem e evitar o mal, então está aprovando a lei.
      - b. Sou eu? Não é o "eu, o verdadeiro eu". Pois quando eu faço o mal, não o faço voluntariamente, mas contra a minha vontade e contra o bom senso.
      - c. É o pecado? Sim, é o pecado (*sarx*) que vive em mim, isto é, o falso "eu", o "eu" caído, o impostor.
        - i. Eu verdadeiro: ama e deseja o bem e que odeia o mal.
        - ii. Eu usurpador: ou "o pecado que habita em mim" (17, 20), ou *sarx* (18).
      - d. Em outras palavras, a lei nem é a responsável pelo nosso pecar, nem é capaz de salvar-nos. Ela foi fatalmente enfraquecida pelo pecado (*sarx*).
  - iii. A dupla realidade dos crentes que estão debaixo da lei (21-25)
    - 1. Dois egos: v. 21

- a. A antítese entre o "eu" que quer fazer o bem e o "eu" junto de quem se encontra o mal é mais óbvia na sentença original grega, em que há uma repetição de emoi, que significa "em mim" ou "por mim".
- b. Paráfrase: "Quando em mim existe um desejo de fazer o bem, então o mal está bem à mão, porque ele está dentro de mim".
- c. Assim, tanto o mal como o bem estão presentes ao mesmo tempo, pois ambos fazem parte de uma personalidade caída, mas convertida.

## 2. Duas leis: vv. 22,23

- a. Lei de Deus: lei da minha mente que deseja fazer a lei de Deus (cf. 16). opera "no íntimo do meu ser" e tem "prazer na lei de Deus",
- b. Lei do pecado: que atua nos membros do meu corpo, guerreando contra a lei da minha mente e tornando-me prisioneiro do pecado (23); opera "nos membros do meu corpo".
- c. Descreve a pessoa que vive sob a lei; o que falta é o Espírito Santo.

## 3. Dois clamores do coração.

- a. Primeiro clamor: Miserável homem que sou! Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte? (24); Grito de aflição que termina com interrogação.
- b. Segundo clamor: Graças a Deus por Jesus Cristo nosso Senhor! (25a). Expressão de confiança e de gratidão que termina ponto de exclamação.
- c. Ambos os clamores são da mesma pessoa: um crente convertido que lamenta a sua corrupção, que anseia por uma libertação final no dia da ressurreição (ou melhor, que "geme" na expectativa de vivenciá-la, como se diz em Rm 8.23), que sabe que a lei é incapaz de resgatá-lo e que exulta em Deus por meio de Cristo como o único Salvador, apesar de que o Espírito Santo ainda não foi introduzido.
- d. Ambos os clamores são quase simultâneas, ou pelo menos a segunda é uma resposta imediata à primeira. Ela antecede a declaração de Romanos 8.3-4, de que Deus fez, através de seu Filho e do seu Espírito, aquilo que a lei não tinha o poder de fazer.

## 4. Dois tipos de escravidão.

- a. Mente e carne: conflito é entre a mente renovada e a "carne", *sarx*, que ainda não se renovou.
- b. Sem o Espírito, o crente continua sob uma dupla realidade: os 2 egos, as 2 leis, as 2 exclamações e as 2 modalidades de escravidão constituem.

### **c. Aplicação legítima de Romanos 7 para hoje:**

- i. Compreender corretamente os vv. 4-6, que estabelecem o contraste entres as duas alianças (letra e Espírito, v. 6).
- ii. Letra: código escrito — casados com a lei, controlados pela carne e produzíamos fruto para a morte; escravidão.
- iii. Espírito: habitação interior — casados com o Cristo ressurreto, fomos libertados da lei e produzimos fruto para Deus; liberdade;

## 5. Conclusão:

- a. O que Deus espera de nós não é que sejamos cristãos segundo o Antigo Testamento, revivificados, mas ainda vivendo em escravidão à lei e em sujeição ao pecado que habita em nós.
- b. Pelo contrário, seu desejo é que sejamos cristãos do Novo Testamento, os quais, tendo morrido e ressuscitado com Cristo, vivem na liberdade do Espírito que habita em nós.